

EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS NAS REDES SOCIAIS: VIOLAÇÃO DO DIREITO DE PERSONALIDADE

Joice Kele Lima Soares¹
Sara da Silva Sabino²
Karin Becker Lopes³

RESUMO: Atualmente, com a crescente presença das redes sociais no cotidiano das pessoas, a exposição de crianças na mídia tem sido algo cada vez mais frequente, uma vez que muitos pais tornam seus filhos figuras públicas desde o nascimento. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as consequências da exposição infantil nas redes sociais, bem como as violações aos direitos de personalidade decorrentes dessa prática. A pesquisa trata de uma reflexão crítica, de natureza qualitativa e bibliográfica que busca compreender de que forma a superexposição digital pode afetar o desenvolvimento psicológico e social da criança, além de discutir a responsabilidade dos pais diante da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os resultados apontam que a exposição constante viola direitos das crianças, além de comprometer o desenvolvimento infantil. Portanto, é necessário promover o debate sobre os limites jurídicos e éticos dessa prática, bem como incentivar a conscientização dos pais acerca das implicações da exposição dos filhos nas redes sociais.

Palavras-chave: Exposição infantil. Redes sociais. Direito de Personalidade.

¹ Discente do Curso de Direito do UNIGRANDE. Email: itsjoicesoares@gmail.com.

² Discente do Curso de Direito do UNIGRANDE. Email: sarasabno@icloud.com.

³ Mestra em Direito Constitucional Público pela UNIFOR. Docente do curso de Direito do UNIGRANDE. E-mail: karin@unigrande.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com o crescimento das redes sociais, tornou-se comum pais e responsáveis exporem a rotina de seus filhos, muitas vezes desde o nascimento, em plataformas de grande alcance, como Instagram. Essa exposição pode trazer diversos prejuízos ao desenvolvimento das crianças, vez que estas não escolheram ter sua privacidade violada, tampouco tornarem-se objeto de monetização nas redes.

Abidin (2015) define como micro-microcelebrities, ou micro-microcelebridades, crianças que se tornam públicas ao herdar a exposição de suas mães influenciadoras. Um exemplo relevante é o caso de Maria Flor, filha da influenciadora Virginia Fonseca, cuja exposição é tão intensa que, mesmo aos três anos de idade, possui perfis de fãs-clubes dedicados a ela. Além disso, a criança atrai a atenção de seguidores em locais públicos, chegando ao ponto de alguns fãs tatuarem seu rosto, evidenciando o grau de visibilidade e a transformação da infância em conteúdo público.

A partir desse contexto, a presente pesquisa delimita-se ao estudo da exposição de crianças nas redes sociais e suas implicações jurídicas, especialmente quanto à violação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A problemática que norteia o estudo consiste em compreender quais são as consequências dessa exposição para o desenvolvimento infantil e de que forma pode configurar afronta à proteção integral da criança.

A Constituição Federal também assegura esses direitos, especialmente por meio do art. 5º, X, que garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, fundamentos essenciais da proteção da personalidade.

Assim, o objetivo geral é estudar as consequências da exposição infantil nas redes sociais e suas possíveis violações aos direitos de personalidade. Como objetivos específicos, busca-se refletir sobre o papel dos pais na garantia desses direitos e discutir os limites éticos e jurídicos da superexposição digital.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma reflexão crítica, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica. Foram consultadas obras que abordam a proteção dos direitos de personalidade das crianças e os impactos da exposição infantil nas redes sociais. O estudo ocorreu por meio de uma interpretação crítica, que buscou compreender as implicações jurídicas e sociais da superexposição infantil, observando-se os aspectos éticos relacionados, especialmente referente ao respeito à imagem e privacidade das crianças, sendo utilizados casos de ampla cobertura midiática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática de divulgação, pelos pais, de informações ou imagens de seus filhos nas redes sociais, sem o consentimento das próprias crianças, de acordo com Zucchi e Corte-Real (2025), é denominada *sharenting*. Nesse sentido, o Instagram, uma das plataformas mais populares no Brasil, destaca-se como um dos principais meios

utilizados para essa prática. É cada vez mais comum que influenciadores digitais compartilhem a rotina de seus filhos com milhões de seguidores, transformando momentos íntimos em conteúdo de consumo público. Essa prática, muitas vezes naturalizada, ignora os possíveis efeitos psicológicos e sociais dessa superexposição no desenvolvimento infantil.

De acordo com o art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a integridade física, psíquica e moral das crianças e adolescentes deve ser preservada, o que inclui o respeito à imagem e à privacidade. Contudo, observa-se que muitos responsáveis infringem esse direito ao expor a rotina e a intimidade dos filhos.

Segundo Araujo Ribeiro e Oliveira Filho (2024), a superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais pode gerar consequências que ultrapassam a infância, afetando-os futuramente como adultos capazes de exercer plenamente seus direitos. Os autores destacam que a ampla divulgação de imagens e informações pessoais é preocupante, pois, uma vez publicadas na internet, tornam-se praticamente impossíveis de serem removidas, o que pode acarretar constrangimentos e danos duradouros à dignidade e à privacidade desses indivíduos.

Um exemplo recente é o da filha dos influenciadores Viih Tube e Eliezer, que, mesmo com apenas dois anos de idade, já é alvo de comentários sobre sua aparência física nas redes sociais, o que pode afetar seu desenvolvimento no futuro. Situações como essa ilustram como a superexposição pode antecipar pressões estéticas e sociais a que nem mesmo adultos estão imunes.

Além dos impactos psicológicos, a superexposição também levanta questionamentos éticos e jurídicos. Ao publicar imagens e vídeos dos filhos, os responsáveis acabam determinando a presença digital da criança antes mesmo que ela tenha discernimento para consentir com essa escolha. Esse comportamento contraria o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à privacidade, pilares fundamentais da proteção infantojuvenil.

Nesse sentido, conforme Araujo Ribeiro e Oliveira Filho (2024), a superexposição digital pode ter efeitos duradouros, principalmente na forma como crianças e adolescentes constroem sua autoimagem e buscam aprovação social. Quem cresce nesse ambiente muitas vezes acaba moldando sua identidade pelo olhar dos outros, o que pode gerar insegurança e constrangimento ao ver registros íntimos da própria infância compartilhados sem consentimento.

Assim, os resultados sugerem a necessidade de maior conscientização e regulamentação quanto ao uso da imagem infantil em redes sociais. Cabe aos pais e ao Estado garantir a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de assegurar o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente.

Um passo relevante nesse sentido foi a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei n. 2628/2022, que institui o denominado “Estatuto Digital da Criança e do Adolescente” e prevê obrigações para plataformas digitais, controles parentais e verificação de idade, reforçando a importância de fixar limites legais claros para a exposição infantil digital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a exposição infantil nas redes sociais representa uma problemática crescente, que ultrapassa os limites da liberdade de

expressão dos pais, violando os direitos de personalidade das crianças, ao não respeitar sua privacidade.

Essa prática, além de gerar impactos sociais, revela uma lacuna na conscientização dos pais quanto à responsabilidade de proteção da infância. Assim, é necessário promover debates e ações educativas que orientem os responsáveis sobre os riscos da superexposição digital.

REFERÊNCIAS

ABIDIN, Crystal. **Micromicrocelebrity: branding babies on the internet**. *M/C Journal*, v. 18, n. 5, p. 1-13, 2015.

ARAUJO RIBEIRO, Bruna Eduarda; OLIVEIRA FILHO, Ênio Walcácer de. A exposição de crianças em redes sociais à luz dos direitos humanos: uma análise de proteção da privacidade e do desenvolvimento infantil. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 1-15. jul./dez, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Senado Federal**. Adultização: Senado aprova projeto para proteger crianças em ambientes digitais. Brasília, DF: Agência Senado, 27 ago. 2025. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/08/27/adultizacao-senado-aprova-projeto-para-proteger-criancas-em-ambientes-digitais>>. Acesso em: 24 out. 2025.

ZUCCHI, Lúcia Marta; CORTE-REAL, Maria Flaminia Aurora Faria. A prática de *sharenting* e o superior interesse da criança. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**, Belo Horizonte, 2025.